



Senado aprova aumento do percentual de álcool na gasolina



Moreira Mariz/Agência Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, conduz a sessão que acatou a proposta de incentivo ao setor sucroalcooleiro

Quantidade de etanol passará de 25% para 27,5%, definidos em projeto de lei criado a partir da MP 647/2014, que vai a sanção. Medida inclui aumento da quantidade de biodiesel no óleo diesel, de 5% para 6%

A decisão do Plenário foi elogiada pelo governo e pela oposição como forma de aliviar os produtores de álcool. Segundo o opositor Aloysio Nunes, a medida beneficia usinas, fabricantes de equipamentos e mais de 70 mil agricultores que fornecem cana à indústria

sucroalcooleira. Para o líder do governo, Eduardo Braga, a mudança fortalece a posição de vanguarda do Brasil nos biocombustíveis. O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou que os agricultores familiares terão prioridade no fornecimento do biodiesel. O projeto foi um dos 24 aprovados ontem. **3**

Benefício para ostonizados passa em Plenário 5

Agentes de trânsito e guardas civis terão bolsa-formação 3

Inclusão de papiloscopistas entre peritos vai à sanção 5

Autorizados novos cargos para a Polícia Rodoviária

O Senado aprovou ontem projeto que cria 969 funções gratificadas no Departamento de Polícia Rodoviária Federal, além de 384 funções de confiança e 5 cargos

em comissão. A medida, que agora segue para sanção, vai promover uma reestruturação no quadro de pessoal do órgão para profissionalizar e qualificar a gestão. **3**

Ingresso em cartórios entre 1988 e 1994 é regularizado 3

Supremo Tribunal Federal terá mais funções comissionadas 3

Gerardo Magela/Agência Senado



Pacientes com obesidade mórbida poderão voltar a usar inibidores de apetite

Inibidor de apetite com anfetamina será liberado

Em meio a polêmica, Plenário aprovou ontem projeto de decreto legislativo que revoga proibição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária a inibidores de apetite que contêm anfetamina. Proposta precisa ser promulgada pelo Congresso. **5**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de Lei do Senado



Secom — Criação e Marketing

Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/agoraelei



Alteração no Regimento Interno aprovada pela CCJ elimina a exigência de motivo de alta significação nacional ou internacional para requerimentos de votos de aplauso, congratulações, louvor ou censura

Votos de louvor no Senado terão menos restrições

FORAM APROVADAS ONTEM pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) regras mais flexíveis para a apresentação de requerimentos de votos de aplauso, congratulações, louvor, solidariedade ou censura. Atualmente, o Regimento Interno do Senado Federal exige que esses tipos de requerimento sejam motivados apenas por atos ou fatos de alta significação nacional ou internacional.

A iniciativa partiu do presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), que apresentou projeto de resolução (PRS 20/2014) para alterar a regra. No parecer favorável à proposta, o relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), concordou com o fim da atual restrição.

“Há muito o Senado Federal vem admitindo a ampliação dessa modalidade de requerimento para atos e acontecimentos de importância apenas regional, estadual ou municipal. Em outros termos, a prática parlamentar vem superando a letra fria do regimento, sendo que a proposição tem o mérito de, agora, buscar a normatização



Flexibilidade para votos de aplauso foi aprovada na reunião de ontem da CCJ

daquilo que já é realidade”, argumenta o senador.

O PRS 20/2014 também simplifica o processo de tramitação desses requerimentos, que, hoje, precisam de parecer prévio da CCJ ou da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para serem encaminhados. De acordo com a proposta, isso passará a acontecer logo após a leitura e aprovação do texto pelo Plenário do Senado. No entanto, caso sejam motivados por atos ou acontecimentos de alta significação nacional ou internacional, precisarão

ser endossados por um terço dos senadores.

Segundo Vital, a CCJ acumulava mais de 900 requerimentos, apresentados desde 2000.

— Ficou um entulho e esse projeto passa a regular o encaminhamento de forma mais eficiente — comentou.

Por fim, o projeto estabelece que os requerimentos do gênero não apreciados durante a sessão legislativa em que foram apresentados serão arquivados definitivamente. A proposta será enviada à Mesa do Senado para deliberação final.

Ana Rita convoca cidadãos a votar em plebiscito

A senadora Ana Rita (PT-ES) comunicou em Plenário, ontem, que, desde a última segunda-feira até o próximo domingo, 7 de setembro, a população pode participar de uma consulta sobre a necessidade de uma reforma política para o Brasil.

Segundo Ana Rita, os brasileiros estão sendo convidados a se posicionar contra ou a favor “de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político brasileiro”.

No site oficial da consulta (plebiscitoconstituente.org.br), o internauta pode votar ou conferir a lista de outros 400 pontos de votação em todo o país. A campanha é promovida por mais de 400 entidades ligadas aos movimentos sociais.

Para Ana Rita, ao eleger a reforma política como prioritária, a sociedade dará um passo para fortalecer as forças populares.

— O Brasil necessita de reformas estruturais que mudem o papel de suas instituições, avançando na democratização. Essa é a garantia para o amadurecimento definitivo das instituições democráticas.



Humberto vê em propostas de Marina ameaça ao país

Humberto Costa (PT-PE) disse ontem que a “grande ameaça” do momento para o país, Marina Silva, está “travestida sob o manto da chamada nova política”. O senador acusou a candidata à Presidência da República de adotar alianças de conveniência, apesar de dizer que não se junta a “raposas políticas”.

— Desde que foi cunhada, a expressão “nova política” mostrou que de nova nada tinha. Era mais do mesmo, era uma alegoria criada para ser vendida como novidade ao mesmo tempo em que se travestia de velhas práticas — argumentou.

Para ele, o programa de governo divulgado por Marina na semana passada seria a “síntese das contradições que a candidatura dela representa”. Ele classificou o programa como um conjunto de promessas que “não se aguentou 24 horas em pé” e foi modificado após pressão de grupos descontentes com o teor do programa.

— Como alguém se propõe a governar o Brasil desse jeito? — questionou o senador.

Fleury sugere treinamento para lidar com cadeirante

Cadeirante há mais de 20 anos, Fleury (DEM-GO) disse ontem que, no Brasil, as pessoas com deficiência são desrespeitadas pelos governos, nos três níveis, e pela iniciativa privada.

O senador reconheceu o esforço da direção do Senado para melhorar a acessibilidade ao prédio do Legislativo, mas sugeriu que os funcionários da Casa fossem treinados para integrar com essas pessoas.

O senador disse que certas dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência nem sequer são percebidas por quem não tem um problema dessa natureza. Ele explicou, por exemplo, que uma pessoa em cadeira de rodas pode ficar com dores no pescoço, ao conversar, por um longo período, com alguém que está de pé.

Aprovados novos grupos para atuação internacional

O Plenário aprovou ontem a criação de três grupos parlamentares de atuação internacional. Foram criados o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Malásia (PRS 39/2012), o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cingapura (PRS 3/2014) e o Grupo de Apoio Brasil-Organização das Nações Unidas (PRS 38/2013).

O objetivo é prestar um serviço de cooperação interparlamentar entre o Brasil e países com quem mantém relações diplomáticas, fortalecendo a troca de experiências parlamentares e estimulando discussões de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e

financeira, diz a justificativa.

Proposto por Gim (PTB-DF), o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Malásia deverá estreitar as relações com o país do Sudeste Asiático. Mesma motivação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cingapura, iniciativa de Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

— Cingapura tem economia moderna e centrada na prestação de serviços, tendo boa parte das empresas de logísticas mais modernas do mundo — destacou.

Proposto por Cristovam Buarque (PDT-DF), o Grupo de Apoio Brasil-Organização das Nações Unidas quer incentivar as relações entre o Congresso e a ONU. Os projetos vão agora à promulgação.

ILB oferece vagas em curso sobre ouvidorias

Desde sexta-feira, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado, oferece ao público o curso a distância Ouvidoria na Administração Pública. A capacitação, na modalidade sem tutoria, tem carga de 20 horas e pode ser cumprida em 60 dias.

São 11 unidades, em três módulos: “Fundamentos e atuação da ouvidoria pública”, “Atendimento ao cidadão

nas ouvidorias públicas” e “A ouvidoria pública como instrumento de participação social”.

O curso foi produzido pela Controladoria-Geral da União (CGU), no escopo da Política de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco).

A parceria com o ILB permite disponibilização a todo o público externo.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

PRESIDÊNCIA Semana da Pátria

10h Comemoração da Semana da Pátria, nos Diários Associados, em Brasília.

CDH Conselhos de fiscalização

9h A Comissão de Direitos Humanos debate transposição do regime celetista para o estatutário dos trabalhadores dos conselhos de fiscalização profissional. Às 14h, discute a violência contra ambientalistas relacionada à exploração ilegal de madeira na Amazônia.

MEDIDA PROVISÓRIA Tributos

9h Comissão examina a MP 649/2014, sobre esclarecimento ao consumidor quanto aos tributos em mercadorias e serviços.

MEDIDA PROVISÓRIA Aviação

14h30 Comissão analisa a MP 652/2014, que cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. Serão eleitos o presidente e o vice e indicado o relator.

MEDIDA PROVISÓRIA Farmácias

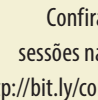
14h40 Instalação da comissão mista para emitir parecer sobre a MP 653/2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Plenário aprova ampliação da mistura de álcool na gasolina, de 25% para 27,5%, e de biodiesel no óleo diesel, de 5% para 6%. Senadores apoiaram o incentivo ao setor sucroalcooleiro

Gasolina terá maior percentual de etanol

SENADORES DO GOVERNO e da oposição elogiaram a aprovação pelo Plenário, ontem, da medida provisória (MP) que aumentou os percentuais de biodiesel no óleo diesel para 6% e de etanol na gasolina para 27,5%. A decisão, que alivia os produtores de álcool, vai à sanção presidencial.

Atualmente, a Lei 8.723/1993 permite ao governo estabelecer o percentual do etanol anidro na gasolina entre 18% e 25%. O texto aprovado ontem mantém o piso de 18%.

No caso do biodiesel, a porção obrigatória subirá de novo, em 1º de novembro, para 7%. Até a edição da MP 647/2014, em maio, o índice era de 5%. A MP estabeleceu ainda que o



Presidente do Senado, Renan (C) destaca a prioridade que será dada ao biodiesel produzido pela agricultura familiar

biodiesel deve vir, prioritariamente, da agricultura familiar.

O texto original da medida provisória tratava apenas do biodiesel. Na tramitação no Congresso, o Projeto de

Lei de Conversão 14/2014, decorrente da MP, passou a incluir o álcool.

— Essa medida é de suma importância, necessária à economia e importante para

que a gente possa incentivar a recuperação das usinas sucroalcooleiras no Brasil — disse Walter Pinheiro (PT-BA).

Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a medida incen-

tiva as usinas, os fabricantes de equipamentos e 70 mil fornecedores de cana. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou ter se encontrado com empresários do setor, que defenderam a urgência da alteração. Segundo Waldemir Moka (PMDB-MS), a medida sustenta o preço do álcool.

A mudança também foi elogiada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelo líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM).

— Essa medida representa uma oportunidade de gerar mais renda e mais emprego, no campo e na cidade, e também demonstra ao mundo que o Brasil consolida uma posição de vanguarda nos biocombustíveis — disse Braga.

Polícia Rodoviária terá mais funções gratificadas

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 72/2014, que cria 969 funções gratificadas no Departamento de Polícia Rodoviária Federal, foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. A proposta cria ainda 384 funções de

confiança e 5 cargos em comissão. O projeto segue agora para sanção presidencial.

De iniciativa do Poder Executivo, a proposta recebeu parecer pela aprovação do relator, senador Vital

do Rêgo (PMDB-PB). De acordo com a exposição de motivos, o objetivo é profissionalizar e qualificar a gestão de instituições públicas, mas também promover uma reestruturação no quadro de pessoal do DPRF. Segundo dados do Ministério do Planejamento, mais de 4 mil servidores ingressaram no órgão por concurso público nos últimos dez anos.

O projeto recebeu apoio de inúmeros senadores, entre eles Waldemir Moka (PMDB-MS), Jayme Campos (DEM-MT), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Casildo Maldaner (PMDB-SC), que ressaltaram a importância da Polícia Rodoviária Federal para a vigilância das rodovias brasileiras.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a aprovação da proposta é “justa e meritória”, pois estão sob a responsabilidade da polícia rodoviária mais de 78 mil quilômetros de rodovias em todo o território nacional.

Figueiró pede convocação de concursados da Polícia Rodoviária Federal

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) cobrou do Ministério do Planejamento a autorização para a contratação de 450 novos agentes da Polícia Rodoviária Federal. Segundo o senador, mil candidatos foram aprovados no último concurso e, após o curso de formação, o governo contratou apenas 500.

A convocação de mais aprovados no concurso foi apoiada também pelos senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovaram ontem a criação de 969 cargos comissionados para o órgão (PLC 72/2014).



Gerardo Magalhães/Agência Senado



Policiais rodoviários federais acompanham a votação do PLC 72/2014 das galerias do Senado

Senado aprova bolsa-formação para agentes de trânsito e guardas civis municipais

A inclusão dos agentes de trânsito e dos guardas civis municipais como beneficiários do Projeto Bolsa-Formação foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. A medida está prevista no Projeto de Lei da Câmara 92/2013, que agora segue para sanção presidencial.

O Bolsa-Formação faz parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e tem a finalidade de qualificação profissional dos profissionais de segurança pública e justiça criminal. O público-alvo são os policiais militares, policiais civis, bom-

beiros, agentes penitenciários, agentes carcerários, peritos e guardas municipais.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que incluir os agentes de trânsito e os guardas civis municipais como beneficiários do programa representa melhoria à segurança

pública. Para ele, esses agentes também lidam com situações de bastante estresse, como sequestros-relâmpago, portes ilegais de armas de fogo e veículos roubados.

— Essa é, portanto, uma lei meritória, pois contribui para o aperfeiçoamento técnico dos

que zelam diligentemente pela segurança pública — declarou.

O Bolsa-Formação é pago a profissionais da segurança pública que, nos últimos cinco anos, não foram responsabilizados ou condenados pela prática de infração administrativa grave.

Proposta regulamenta remoções em cartórios

O Senado aprovou ontem projeto que regulariza as remoções nos serviços notariais e de registro realizadas entre 1988, ano de promulgação da Constituição Federal, e 1994, ano em que foi editada a Lei 8.935 (Lei dos Cartórios).

Pelo texto constitucional, o ingresso nas atividades notarial e de registro deve ocorrer por meio de concurso público

de provas e títulos, não se permitindo que nenhuma serventia fique vaga sem abertura de concurso por mais de seis meses. Apesar de essa determinação ter sido estabelecida em 1988, apenas seis anos depois é que foi regulamentada, pela edição da Lei 8.935.

O PLC 89/2014 pretende resguardar quem ingressou regularmente no serviço car-

terário durante esse período de vácuo legal. Na ausência da lei federal, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tratou de recomendar que o provimento provisório dos cargos notariais e de registro vagos em serventias extrajudiciais tivesse amparo na legislação estadual em vigor. A proposta insere o critério do STJ na Lei dos Cartórios.

Supremo Tribunal Federal tem cargos comissionados aprovados

O Plenário do Senado aprovou ontem a criação de 180 funções e cargos comissionados no Supremo Tribunal Federal (STF). Os PLCs 62/2014 e 63/2014 propõem a criação de 36 cargos em comissão e 144 funções comissionadas no STF.

Os dois projetos haviam sido aprovados pela manhã na Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ) e foram ratificados pelo Plenário à tarde. O relator foi o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O texto segue para sanção presidencial.

A CCJ aprovou ainda dois projetos sobre transformação de cargos no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

Escritores, professores e representantes de países de língua portuguesa serão convidados pelo Senado. Alguns países lusófonos, como Portugal, são contrários a alterações

Audiências debaterão novo Acordo Ortográfico

OS INTEGRANTES DA Comissão de Educação (CE) aprovaram ontem requerimento para a realização de uma série de audiências públicas sobre a efetiva implantação do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O acordo entraria em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2013, mas o início da vigência foi adiado para janeiro de 2016, por decreto da presidente Dilma Rousseff. Parte dos países lusófonos, como Portugal, é contrária às mudanças propostas para a unificação.

De acordo com Ana Amélia (PP-RS), autora do requerimento, a ideia é debater com escritores, professores de língua portuguesa e representações diplomáticas dos países lusófonos de que forma esse acordo pode ser posto em prática. A senadora



Senador Cyro Miranda preside reunião da Comissão de Educação e Cultura

chegou a defender que as academias de língua portuguesa dos demais países avaliassem as alterações.

O presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), aproveitou para mais uma vez refutar que o Senado esteja tentando reformar a língua portuguesa, como chegou a ser veiculado na imprensa e disseminado pelas redes sociais.

— Não somos autores de

tal projeto nem queremos nenhuma reforma. Queremos disciplinar o acordo que torna homogêneas as línguas lusófonas. Nós estamos, sim, querendo disciplinar um acordo que houve desde 1990 para a homogeneização das línguas lusófonas, que são os dez países que integram a CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa] — declarou o senador.

Proposta altera área de reserva em SC

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 97/2013) que altera os limites da Reserva Particular do Patrimônio Natural Emílio Einsfeld Filho, em Santa Catarina, excluindo uma área de 14,4 hectares. Essa área deverá ser destinada à implantação da Pequena Central Hidrelétrica Capão Alto, com capacidade de produção de 10 megawatts.

Pela proposta, a empresa responsável pelo empre-

endimento, e também proprietária da reserva, ficará obrigada a compensar a área destacada. No parecer favorável ao PLC 97/2013, o relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), observou que a Pequena Central Hidrelétrica Capão Alto é um empreendimento de utilidade pública.

“A área a ser destacada da reserva particular para sua implantação corresponde a apenas 0,2% do total da reserva e os pareceres ambientais, inclusive do

Instituto Chico Mendes, foram favoráveis”, assinala Petecão.

Criada em 2008, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Emílio Einsfeld Filho é uma unidade de conservação de uso sustentável localizada nos municípios de Campo Belo do Sul e Capão Alto. A reserva compreende uma área total de 6.328,60 hectares. A matéria segue para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Eunício Oliveira resalta papel do Plano Nacional de Educação



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Eunício Oliveira (PMDB-CE) destacou a importância do Plano Nacional de Educação (PNE), que

estabelece as metas para o setor para os próximos dez anos.

Segundo o senador, um dos avanços do plano é integrar todos os níveis da educação no Brasil. Para alcançar esses objetivos, o setor deve contar com dinheiro correspondente a 10% do produto interno bruto, com o reforço dos recursos advindos da exploração do petróleo.

— Dotando as escolas do que for necessário e utilizando os espaços públicos já existentes para a prática de esportes e de atividades culturais, é possível integrar os alunos e os jovens — afirmou.

Odacir Soares elogia desempenho do TRT de Rondônia e Acre



Gerardo Magalhães/Agência Senado

O desempenho do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 14ª Região, que envolve Rondônia e

Acre, foi elogiado ontem por Odacir Soares (PP-RO).

Segundo o senador, o TRT da 14ª Região foi o único tribunal que cumpriu todas as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre elas, a implantação do processo judicial eletrônico em mais de 40% das varas do Trabalho e o julgamento, até o final do ano passado, de todas as ações ajuizadas em 2009.

— Esse espetacular resultado alcançado é fruto de uma atuação comprometida e séria da magistratura trabalhista de Rondônia e Acre e de um competente quadro funcional.

Ana Amélia cobra do governo atenção para estados e municípios



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) criticou ontem decisão do governo federal de autorizar a renegociação da dívida

de R\$ 194 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o Tesouro Nacional.

De acordo com a senadora, as repactuações demonstram que o governo tem mais boa vontade com o BNDES do que com os estados e municípios.

— Se o Tesouro Nacional tem fôlego financeiro para renegociar as dívidas do BNDES, por que estados e municípios não têm acesso a ajustes semelhantes ou condições mínimas que permitam o reequilíbrio financeiro e fiscal? — indagou.

Falta de quórum impede análise de MP sobre tratores

Foi adiada ontem, por falta de quórum na comissão mista, a votação da Medida Provisória (MP) 646/2014, que simplifica o licenciamento de tratores. O relator da matéria, Gim (PTB-DF), não apresentou o parecer e ainda não há data prevista para nova reunião da comissão.

A medida desobriga a renovação do licenciamento anual de tratores e demais máquinas agrícolas pelo

Departamento Estadual de Trânsito (Detran). A medida também isenta tanto do registro quanto do licenciamento os tratores agrícolas fabricados antes de 1º de agosto de 2014. A MP 646 tem que ser votada até o dia 23 de setembro, quando perde a validade.

Pela proposta, o licenciamento ainda é obrigatório, mas será feito uma única vez e valerá por toda a vida útil da máquina.

Mozarildo critica veto presidencial a projeto que criava municípios



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou ontem o veto da presidente Dilma Rousseff ao projeto que

regulamenta a criação de municípios. De acordo com o senador, a presidente debochou do Congresso Nacional ao agir assim, já que o projeto, de autoria dele, foi elaborado após um acordo formal com o governo. A proposta anterior também foi vetada. Por isso, segundo o senador, o Congresso tem agora o dever de derrubar o veto.

— E eu vou me dirigir a cada um dos deputados e senadores que votaram a favor do projeto para nós derrubarmos o veto e mostrar que o Congresso Nacional sabe, sim, o que é bom para o país — disse.

Jayme Campos lamenta decisão sobre regras para novas cidades



Moreira Muniz/Agência Senado

Jayme Campos (DEM-MT) lamentou ontem o veto da presidente Dilma Rousseff às

novas regras sobre criação de municípios. Ele lembrou que o projeto foi fruto de um amplo entendimento, após exaustivos debates, e classificou como “descabida” a atitude do Executivo.

— Fomos surpreendidos por esse veto descabido. Aquilo que julgávamos ser fruto do entendimento após esforços empreendidos demonstra um inequívoco sinal de arbítrio e uma demonstração de abuso de poder — declarou.

O senador frisou que o projeto é decisivo para o desenvolvimento dos centros urbanos e elevação da qualidade de vida das pessoas.

Sob os protestos de Humberto Costa, Plenário do Senado aprovou projeto de decreto legislativo que revoga proibição estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Aprovada liberação de inibidores com anfetamina

OS MEDICAMENTOS QUE contêm anfetaminas, como femproporex, mazindol e anfepramona na fórmula, poderão voltar a ser vendidos, produzidos, manipulados e usados por pacientes brasileiros. O Senado aprovou ontem o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 52/2014, que suspende uma resolução de 2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), proibindo a comercialização dos inibidores. A matéria vai à promulgação.

O líder do PT, Humberto Costa (PE) apontou, no entanto, riscos na decisão. O senador argumentou que o assunto não deve ser tratado por decreto legislativo, instrumento que, segundo ele, deve ser usado apenas quando um ente do Poder Executivo extrapola a sua competência. Além disso, Humberto advertiu que o Senado se arvorou inadequadamente na condição

de expert em inibidores de apetite.

— Essa resolução da Anvisa não foi tirada do bolso do colete. Ela surgiu após estudos aprofundados e detalhados acerca desses medicamentos — afirmou.

A relatora do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Lúcia Vânia (PSDB-GO), esclareceu que só deu voto favorável à liberação dos remédios depois de se aconselhar com uma série de especialistas, inclusive os da Anvisa.

— O nosso interesse era dar uma resposta àqueles que recorrem aqui como última instância para resolver o seu desespero com esse tratamento — disse.

O projeto de decreto legislativo não necessita de sanção do presidente da República. Após ser aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, é promulgado em sessão do Congresso.



Em Plenário, o senador Humberto Costa (ao microfone) evoca o Regimento Interno para pedir votação nominal do PDS 52

Votação ocorreu em meio a polêmica

Humberto Costa informou, após a aprovação do PDS 52/2014, ainda não ter decidido se apresentaria recurso contra a votação. A matéria foi aprovada de maneira simbólica. O senador chegou a pedir votação nominal, mas Jayme Campos (DEM-MT), que presidia a sessão, esclareceu que isso não seria mais possível,

já que o resultado havia sido proclamado.

Humberto foi o único parlamentar a se manifestar contra a liberação dos inibidores de apetite. Todas as outras intervenções foram favoráveis ao projeto.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que é médico, classificou a proibição como “desres-

peito” com as pessoas que precisam desse tipo de medicamento. Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), farmacêutica, lembrou que foram realizadas várias audiências sobre o assunto, com a participação de especialistas da área de saúde. Para a senadora, a resolução da Anvisa não reflete a opinião da maioria.

Vai a sanção projeto que beneficia pessoas ostomizadas

O Senado aprovou ontem o PLC 103/2013, que torna obrigatória a afixação do símbolo nacional de pessoa ostomizada em todos os locais que possibilitem acesso para

essas pessoas, principalmente banheiros públicos e privados.

O objetivo da proposta é assegurar aos ostomizados um local adequado, fora da residência, para o esvaziamento de sua bolsa coletora.

A ostomia é uma cirurgia no abdômen que permite ligar um órgão interno ao exterior do corpo para eliminação de dejetos.

O símbolo nacional é uma criação do Japão, que cedeu a imagem ao Brasil. O objetivo é tornar visível a luta dos quase 200 mil ostomizados do país. A proposta é do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) e teve Paulo Paim (PT-RS) como relator na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O projeto segue agora para sanção presidencial.



Paulo Paim foi o relator da proposição na Comissão de Direitos Humanos

Avança Universidade Federal do ABC como fundação

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto que reconhece a Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC) como fundação pública dotada de personalidade jurídica de direito público. O PLC 35/2013, de autoria do Poder Executivo, isenta do registro em cartório os esta-

tutos da UFABC, retificando, dessa forma, a sua constituição jurídica. A matéria segue agora para o Plenário do Senado.

A comissão também aprovou a designação do município de Anchieta, em Santa Catarina, como Capital Nacional da Produção de Sementes Crioulas (PLC 120/2013), que têm desenvolvimento e

seleção de espécimes mais bem adaptados às condições regionais e com alto grau de resistência às adversidades. A matéria também segue para análise em Plenário.

Outro texto aprovado tratou de uma homenagem ao coronel Jorge da Silva Prado com o título de Patrono do Material Bélico da Aeronáutica.

Senado enquadra papiloscopistas entre os peritos oficiais

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 78/2014, que inclui os papiloscopistas entre os peritos oficiais. O projeto, a ser encaminhado agora à sanção presidencial, altera o artigo 5º da Lei 12.030/2009, que atualmente classifica como peritos oficiais apenas os peritos criminais, médico-legistas e odontologistas.

De autoria do deputado

Luciano Castro (PR-RR), a proposta havia sido aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com relatoria de Lúcia Vânia (PSDB-GO). Essa é a segunda tentativa de enquadrar os papiloscopistas como peritos oficiais. Em 2013, o Congresso aprovou o PLS 244/2009, da ex-senadora Ideli Salvatti, vetado integralmente pela presidente Dilma Rousseff.

Escola Superior do Ministério Público da União ganha 286 cargos

Vai a sanção presidencial a criação de 203 cargos efetivos na Escola Superior do Ministério Público da União, sendo 86 na carreira de analista e 117 na de técnico.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 123/2013, aprovado pelo Plenário do Senado ontem, também cria 36 cargos em comissão e 47 funções comissionadas, totalizando 83 cargos de livre nomeação.

As despesas geradas entrarão no orçamento do Ministério Público da União (MPU).

Na aprovação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em abril, o relator, Pedro Taques (PDT-MT), disse que o projeto favorecerá o fortalecimento do MPU, que tem a escola superior vinculada diretamente à Procuradoria-Geral da República.

Guarda compartilhada, sem acordo, poderá ser obrigatória

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem três projetos que seguem agora para o Plenário. O PLC 117/2013 determina que a guarda compartilhada de filho em caso de desacordo dos pais separados seja obrigatória, caso ambos estejam aptos a exercer o poder familiar. A exceção será quando um dos genitores declarar ao juiz que não deseja a guarda. O

relator foi Valdir Raupp (PMDB-RO).

Também foi aprovada, sob relatoria de Ana Rita (PT-ES), a proibição de revista íntima a funcionárias de órgãos públicos e entidades da administração direta e indireta (PLC 2/2011).

O terceiro projeto (PLS 384/2013 — Complementar), de Ruben Figueiró (PSDB-MS), torna mais rápidas as decisões da Justiça Eleitoral. A me-

didada se volta, em especial, aos casos de impugnação de mandato eletivo, anulação da eleição, expedição de diplomas de candidatos eleitos e registro e cancelamento de candidatos, de partidos e de seus diretórios nacionais, estaduais e municipais. O relator foi Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

A CCJ ainda rejeitou duas emendas de Plenário a projeto (PLC 83/2008)

que tipifica como crime a violação de direitos de advogados para impedir ou limitar a atuação profissional. Com a decisão, a CCJ confirma substitutivo de 2010 que ampliou a iniciativa, procurando resguardar não só os advogados, mas todas as demais categorias. A proposta segue novamente para o Plenário. Como foi alterada pelos senadores, se aprovada, voltará à Câmara.

De acordo com o presidente da CPMI, Vital do Rêgo, a campanha eleitoral impediu o comparecimento de parlamentares a reuniões, prejudicando os trabalhos da comissão

Vital admite prorrogar CPI Mista da Petrobras

O PRESIDENTE DA CPI Mista da Petrobras, Vital do Rêgo (PMDB-PB), admitiu que os trabalhos da comissão devem ser prorrogados. De acordo com o senador, os trabalhos estão prejudicados pela ausência dos parlamentares nas reuniões devido à campanha eleitoral. A reunião administrativa que estava marcada para ontem não ocorreu por falta de quórum.

Se confirmada a prorrogação, o encerramento da CPI mista, que estava marcado para 7 de dezembro, deve ficar para o final do ano. As atividades não podem, porém, ser retomadas em 2015. O Regimento Interno do Senado estabelece que esse tipo de comissão deve ser extinta ao final de uma sessão legislativa. Ainda assim, Vital acredita que será possível apresentar resultados concretos.

— Nós vamos construir uma solução, porque essa CPI não pode morrer sem dar uma

resposta para a sociedade — disse o parlamentar.

O relator da CPMI, deputado Marco Maia (PT-RS), também defendeu a continuidade dos trabalhos por mais um tempo. Ele observou que, apesar da falta de quórum, as atividades internas continuam, com o exame da documentação já recebida.

— Estamos com os técnicos todos trabalhando, olhando todos os documentos que nós já recebemos. Estamos fazendo o cruzamento das informações. Há um trabalho longo, extenso e muito profundo sendo feito neste momento pela assessoria da relatoria e que será importante lá no fim, para a produção do relatório final da CPI — afirmou.

Está marcado para o dia 10 o depoimento do ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró. Marco Maia disse ser relevante ouvi-lo, uma vez que Cerveró esteve à frente das negociações

para a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Maia também adiantou a possibilidade de uma acareação entre o doleiro Alberto Youssef e a ex-contadora do doleiro, Meire Poza.

— Há contradições entre os depoimentos que foram prestados por eles tanto à Polícia Federal quanto às comissões em que eles já estiveram aqui na Câmara. Parece-me que esse é um depoimento importante para que a gente possa cruzar as informações que existem — esclareceu Maia.



Vital acredita que a CPMI produzirá resultados concretos ao final dos trabalhos

CPI no Senado também pode ser estendida

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que também preside a CPI da Petrobras exclusiva do Senado, admitiu ontem que os trabalhos de investigação, previstos para serem encerrados em novembro, devem ser prorro-

gados. Pela terceira vez consecutiva, a comissão não se reuniu por falta de quórum. Ele ressaltou, porém, que não se trata de desinteresse dos integrantes, mas consequência do período eleitoral. — Lamentavelmente, não

tivemos novamente quórum, inobstante a presença do presidente e do relator [senador José Pimentel (PT-CE)]. Temos dificuldades eleitorais. Acredito que, depois que passar este mês, voltaremos ao nosso trabalho — disse.

Fica para outubro eleição de presidente da CPI Mista do Metrô

As investigações da CPI Mista do Metrô só começarão depois das eleições. O anúncio foi feito ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que presidiu reunião em que se tentaria, pela segunda vez, definir presidente, vice-presidente e relator da comissão. Porém, não houve quórum, como já havia ocorrido em agosto. Além disso, o indicado

pelo PMDB para presidir a comissão, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), não estava presente. O nome escolhido pelo PT é o do deputado Renato Simões (PT-SP).

Uma nova reunião foi marcada para 7 de outubro, primeira terça-feira após as eleições, às 14h.

A CPI Mista do Metrô foi criada em maio, depois de

controvérsia envolvendo as CPIs da Petrobras. O objetivo é investigar denúncias de formação de cartel, corrupção e outros ilícitos em contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrô em São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais. A comissão mista é composta por 13 senadores e 14 deputados.



Senador Suplicy adia para outubro eleição do presidente, vice e relator da CPI

Vanessa defende Petrobras e exploração do pré-sal

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a Petrobras, em discurso ontem, e chamou a atenção para a importância,



pante que um recurso dessa magnitude seja desprezado ou até mesmo secundarizado. A Petrobras é muito maior do

para o país, dos recursos a serem gerados pela exploração do petróleo da camada do pré-sal.

— É muito preocu-

que um processo eleitoral, porque dela inclusive depende o futuro da nossa nação — afirmou a senadora.

Bauer aponta paralisação de obras em Santa Catarina

O senador Paulo Bauer (PSDB-SC) criticou ontem o que chamou de “descaso” do governo federal com as obras de infraestrutura em Santa Catarina. O senador lembrou que o estado é o sétimo maior contribuinte para a União,



mas é apenas o 17º estado no ranking de destino dos recursos federais. — O governo dá pouca importância e pouca atenção para as prioridades catarinenses. É uma situação de tristeza profunda — lamentou.

Casildo pede conclusão de aeroporto de Florianópolis

Casildo Maldaner (PMDB-SC) cobrou da Infraero uma solução definitiva para a conclusão da obra de modernização do Aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis. Segundo o senador, rotineiramente a obra é paralisada e, para



piorar, a Infraero informou que vai rescindir o contrato com a empresa responsável pela reforma do edifício do aeroporto.

— O contrato é de 2012, mas apenas 7% do que estava previsto foi concluído — disse ele.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Autorizados R\$ 2,8 bi em empréstimos para SP e DF

Operações de crédito terão garantia da União e recursos serão utilizados em projetos de transporte rodoviário e ferroviário em São Paulo e desenvolvimento fazendário e saneamento no Distrito Federal

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem cinco solicitações de empréstimos para o estado de São Paulo e para o Distrito Federal. Cerca de R\$ 2,8 bilhões serão liberados para essas unidades da Federação, sendo R\$ 2,4 bilhões para SP e R\$ 457 milhões para o DF.

O dinheiro virá do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do Banco Santander. A União se compromete a garantir os empréstimos.

São Paulo usará R\$ 1,1 bilhão do BID para financiar parcialmente o Programa de Investimento Rodoviário. Já o BEI contribuirá com R\$ 591 milhões para a aquisição de trens pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. Além disso, o Santander colocará R\$ 675 milhões no Programa de Logística e Transportes do Estado de São Paulo.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que os empréstimos concedidos ao estado dele são da maior relevância.

— Isso mostra a interação

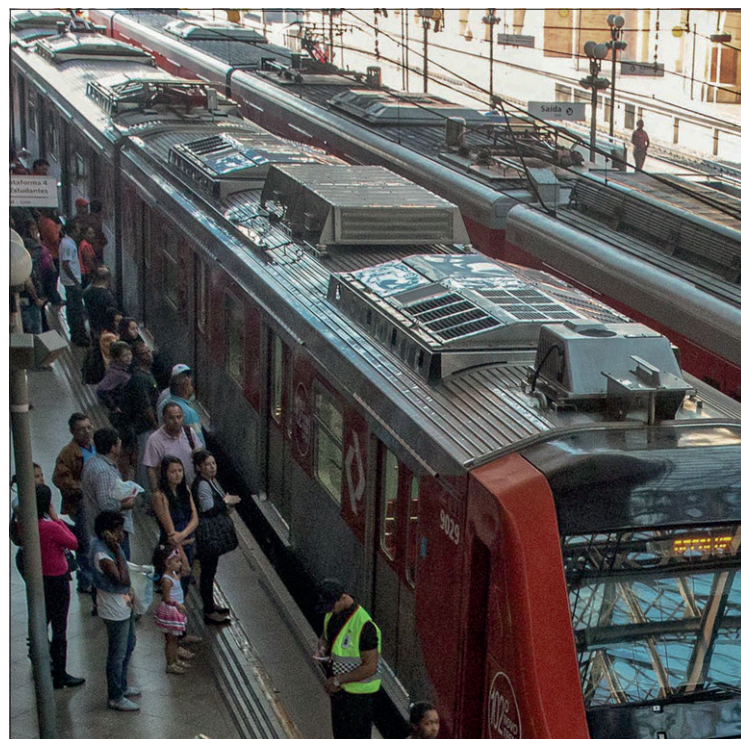
entre o governo federal, o governo estadual e as prefeituras municipais — ressaltou.

O Distrito Federal usará o montante que vai receber para financiar parcialmente os Programas de Desenvolvimento Fazendário (Prodefaz) e de Saneamento Ambiental da Companhia de Saneamento

Ambiental do Distrito Federal.

O senador Gim (PTB-DF) elogiou a rapidez da Casa e dos colegas na autorização dos empréstimos.

— O Senado foi brilhante e eficiente. É assim que se faz, ajudando a Federação e ajudando os estados — disse o senador.



O estado de São Paulo usará recursos de empréstimo para compra de trens

Aprovados créditos para quatro estados e São Luís

O Senado aprovou ontem a contratação de operação de crédito externo para a Paraíba, o Espírito Santo, o Pará e o Amazonas e para o município de São Luís, todos com garantias da União.

A operação entre a Paraíba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 23 milhões, vai financiar parcialmente o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Estado da Paraíba (Prodetur-PB).

Outra operação aprovada autoriza o contrato entre o Espírito Santo e o Banco Mundial (Bird). Os recursos, de até US\$ 225 milhões, vão financiar

parcialmente o Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem do Espírito Santo.

O Senado também aprovou a contratação de crédito entre o estado do Pará e o BID, no valor de até US\$ 26,4 milhões. Os recursos serão destinados ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Estado do Pará (Prodetur-PA).

Amazonas

O Plenário aprovou ainda duas operações de crédito para o Amazonas. Com o Bird, a operação será no valor de até US\$ 216 milhões, destinados ao Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para

a Melhoria da Prestação de Serviços Públicos do Estado do Amazonas (Proconfins). Já com a Corporação Andina de Fomento (CAF), o estado poderá contratar até US\$ 52,5 milhões para o financiamento parcial do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim).

A capital do Maranhão também foi beneficiada com a autorização de um empréstimo. São Luís poderá contratar com o BID até US\$ 13,5 milhões, destinados ao financiamento parcial do Programa de Revitalização do Centro Histórico da cidade.

Todas as propostas agora seguem para promulgação.



Deputado Ronaldo Benedet (E) e senador José Pimentel aprovam reajuste

Avança proposta de aumento para policial federal e perito

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 650/2014, que reestrutura a carreira de policial federal e de perito agrário, aprovou ontem o relatório final do senador José Pimentel (PT-CE). Pimentel explicou que a medida recebeu 42 emendas, mas decidiu manter o texto original para que novas discussões não prejudiquem os policiais federais, pois a MP poderia perder a validade

antes de ser votada.

— Fomos construindo um parecer que permitisse ter a unanimidade na aprovação — disse o relator.

A medida concede aumento de 15,8% para agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal. Desde 1996, para fazer concurso para as três carreiras, é necessário ter nível superior. O relatório será votado na Câmara e, depois, no Senado.

Comissão de Orçamento só volta a se reunir depois das eleições

Por falta de parlamentares para alcançar quórum, o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), foi obrigado a encerrar a reunião do colegiado ontem e a cancelar a reunião extraordinária prevista para hoje. Na avaliação de Devanir, a CMO só terá condições de voltar a se

reunir depois das eleições gerais de outubro.

— Agora a perspectiva é só após as eleições, não tem outra opção. As duas Casas não têm perspectiva de fazer nenhum esforço concentrado, então vai ser só a partir de 5 de outubro, após o primeiro turno, para votarmos a LDO — disse o presidente da CMO.

Suplicy pede manutenção de hospital vinculado a universidade

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a manutenção da vinculação do Hospital Universitário de São Paulo à Universidade de São Paulo (USP). Segundo o senador, a manutenção significa que médicos, pesquisadores, técnicos, professores e estudantes poderão continuar interagindo da melhor maneira possível.

Suplicy também lamentou a morte, em 8 de agosto, de Sylvania Egydio, conhecida como Mãe Sylvania de Oxalá. Ela era líder do terreiro Axé Ilê Obá — a força da casa do rei, um dos mais antigos e tradicionais terreiros de candomblé de São Paulo (SP). O senador pediu voto de pesar e o envio de condolências à família.

Violência contra ativistas é tema de debate

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai debater hoje, a partir das 14h, a escalada de violência contra ativistas de movimentos sociais que combatem a exploração ilegal de madeira na Região Amazônica. De acordo com o autor do requerimento, senador João Capiberibe (PSB-AP), o problema foi exposto nos

meios de comunicação por investigação conduzida pelo Greenpeace Brasil.

Para o debate, foram convidados, entre outros, Marcio Astrini, do Greenpeace Brasil, e Antônio Vasconcelos, da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi.

Duas novas MPs começam a ser analisadas

Duas comissões mistas para análise de medidas provisórias serão instaladas no Congresso Nacional hoje. A primeira delas vai analisar a MP 652/2014, que cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, para subsidiar as operações de empresas aéreas em aeroportos com movimentação de até 1 milhão de passageiros por ano.

O texto propõe subsídio para tarifas aeroportuárias e parte dos custos das companhias aéreas, a fim de reduzir o valor das passagens em voos regionais.

A segunda comissão mista a ser instalada vai analisar a Medida Provisória 653/2014, que relaxa a obrigação

da presença de um farmacêutico em farmácias caracterizadas como micros ou pequenas empresas. Pelo texto, farmácias enquadradas no Estatuto da Micro e Pequena Empresa adotarão as regras da Lei 5.991/1973, que permite, em casos específicos, a presença de “prático de farmácia, oficial de farmácia ou outro”, inscrito em conselho regional de farmácia, como responsável do estabelecimento.

A reunião da MP 652 está marcada para as 14h30 e a da MP 653, para as 14h40. A instalação das comissões inclui a escolha de presidente, vice-presidente e relatores das MPs.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 14h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHativistasEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHativistasAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos	

Projeto aprovado pela CDH, de acordo com o autor, Pedro Taques, vai assegurar a inserção de ações relevantes para as pessoas com deficiência na agenda política nacional

Deficientes podem ganhar cota nas eleições

PROJETO QUE RESERVA 5% do número de vagas de cada partido ou coligação, em eleições proporcionais, para pessoas com deficiência foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). De autoria de Pedro Taques (PDT-MT), o PLS 553/2013 ainda deverá passar por votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O senador argumenta que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é signatário, determina que seja assegurada às pessoas com deficiência a participação plena na vida política, por meio da candidatura e ocupação de cargos eletivos.

Para ele, a aprovação da proposta fará com que ações

relevantes para as pessoas com deficiência ganhem espaço na agenda política nacional.

“Vale aqui o mesmo argumento que fundamenta a reserva de candidaturas por sexo: a agenda relevante para pessoas com deficiência só ganhará espaço na agenda política nacional por meio da voz e das ações das próprias pessoas com deficiência, na condição de candidatos primeiro e de legisladores eleitos num segundo momento”, justifica na proposta.

Pedro Taques destaca no projeto que a expansão, no Brasil, de políticas que concedem benefícios a grupos desprivilegiados responde ao reconhecimento crescente da importância da garantia de igualdade de oportunidades. Ana Rita (PT-ES), que leu o voto favorável da relatora,



Ana Rita, ao lado de Fleury, destaca que proposta estimula participação de pessoas com deficiência no processo eleitoral

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), elogiou a proposta:

— Esse projeto é muito importante porque estimula as pessoas com deficiência a participarem do processo

eleitoral de forma a igual aos demais cidadãos — assinalou a senadora.

A Comissão de Direitos Humanos também aprovou ontem projeto que destina recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para vítimas de exploração sexual e de tráfico de pessoas. A matéria vai à CCJ.

De acordo com o PLS 374/2012 — Complementar, os valores arrecadados com multas impostas em casos de peculato, corrupção ativa e corrupção passiva serão destinados à reparação de danos causados pela exploração sexual e tráfico de pessoas.

Segundo a autora do projeto, Lídice da Mata (PSB-BA),

o objetivo é favorecer o tratamento e a recuperação de pessoas que foram vítimas desses crimes.

Ana Rita recomendou a aprovação do projeto e o arquivamento do PLS 297/2013 — Complementar, que tramita em conjunto. O texto rejeitado prevê mais uma possibilidade para aplicação de verbas do Funpen: a assistência a vítimas de violência doméstica e familiar. A parlamentar lembrou que o Senado aprovou proposta semelhante em março (PLS 298/2013).

O PLS 374/2012 já havia passado pelo crivo da CDH e da CCJ, mas o requerimento de tramitação em conjunto impôs nova análise.

Ana Rita faz balanço semestral de colegiado

Ao abrir a reunião de ontem da Comissão de Direitos Humanos, a presidente do colegiado, senadora Ana Rita, apresentou um balanço das atividades no primeiro semestre. Entre fevereiro e julho deste ano, a CDH e as subcomissões relacionadas a ela fizeram 50 reuniões. Para Ana Rita, o destaque do semestre foi a promoção de audiências públicas in-

terativas, com participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado.

— A lista de temas é de enorme repercussão social. Tratamos de assuntos como a criação da Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, combate à violência doméstica e familiar, o resultado da pesquisa do Ipea sobre estupro no país, a Convenção

de Haia e a situação de mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos. E, ainda, para analisar a regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha — destacou Ana Rita.

No mesmo período, a CDH votou 17 proposições legislativas, sendo 6 projetos de lei do Senado e 6 projetos de lei da Câmara, entre outros itens.

Jucá quer ampliar benefícios de MP a setor produtivo

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse ontem, em audiência pública, que articula com o governo a ampliação de benefícios previstos na Medida Provisória (MP) 651/2014, cujo objetivo é estimular diversos setores da economia (veja quadro). Jucá preside a comissão mista encarregada de analisar a MP.

Na audiência, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios, Franco Pallamolla, reclamou do tratamento diferenciado dado a produtos nacionais e importados. Segundo ele, órgãos públicos, hospitais beneficentes e universitários podem importar sem pagar tributo, o que prejudica as empresas brasileiras.

— Um esterilizador nacional fica 18,5% mais caro que o importado. Como competir?

O advogado da Associação Brasileira da Indústria Química, Marcelo Vieira, lembrou que o setor bate recordes de importação enquanto cresce



Jucá (D) coordena o debate com empresários sobre estímulos à indústria nacional

a capacidade ociosa das empresas nacionais, hoje em 22%.

Rodolfo Zabisky, coordenador do Programa Brasil + Competitivo, de apoio ao empreendedorismo, defendeu a isenção de Imposto de Renda a pessoas físicas que investirem em ações de pequenas e médias empresas. Ele pleiteou, no entanto, a extensão do benefício aos fundos de investimentos nacionais e lembrou que apenas 1,6% dos brasileiros atualmente investe em ações.

Jucá pretende votar a MP em 7 de outubro. A validade da medida expira no início de novembro.

A medida provisória

- ▶ Dá continuidade à desoneração da **folha de pagamentos** em 56 setores da economia.
- ▶ Reabre o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (**Refis**), dirigido a empresas em dívida com a Receita Federal.
- ▶ Isenta de **Imposto de Renda** as aplicações de pessoas físicas em ações de pequenas e médias empresas com valor de mercado de até R\$ 700 milhões e receita anual de até R\$ 500 milhões.
- ▶ Traz de volta o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (**Reintegra**).

Medida provisória sobre imposto em nota fiscal está na pauta hoje

A votação do relatório final da Medida Provisória 649/2014 pela comissão mista encarregada de emitir parecer sobre a matéria foi adiada para hoje, às 9h. A reunião foi transferida para o esclarecimento de dúvidas dos parlamentares com o relator da proposta, deputado André Moura (PSC-SE).

A MP adia para 2015 a punição às empresas que ainda não detalham na nota fiscal ou em local visível os impostos

embutidos no preço dos produtos e serviços vendidos. A regra deveria ter começado a valer em 9 de junho deste ano. O texto também prevê o adiamento até 2018 da desativação dos lixões no país. O prazo para que isso fosse feito expirou em 2 de agosto, sem a instalação de aterros adequados para depósito de lixo pela maioria dos municípios. Se aprovada na comissão mista, a MP será votada nos Plenários da Câmara e do Senado.

Comissão de Assuntos Econômicos cancela reunião para votações

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) cancelou a reunião que seria realizada ontem para análise de uma pauta de 16 itens, entre eles as programações monetárias para o primeiro e o segundo trimestres e para o ano de 2014, uma exigência da lei que instituiu o Plano Real

(Lei 9.069/1995).

Também na pauta estava o PLS 453/2013, da senadora Ana Amélia (PP-RS), com nova regra para o pagamento da contribuição previdenciária patronal pelas fundações. Pelo texto, o recolhimento se baseará na receita bruta, e não na folha de pagamento.